



Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro



Boletim Estatístico da Dívida Pública nº8

Praia,
Julho de 2019

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Ministério das Finanças

Edição

Direção Geral do Tesouro

Hernâni Trigueiros - Diretor-Geral do Tesouro

Coordenação

Ministério das Finanças / Direção Geral do Tesouro / Serviço de Operações Financeiras

Olavo Correia - Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças

Hernâni Trigueiros - Diretor-Geral do Tesouro

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Redação

Serviço de Operações Financeiras

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Marco Inocêncio - Técnico do Serviço de Operações Financeiras

Maria de Fátima Lopes - Técnica do Serviço de Operações Financeiras

Emanuel Moreira - Técnico Especialista

João Apolónio Furtado - Técnico Sénior

Maquetagem

Valdyr Ramos/MF/UTIC

Fotografia

Arquivo MF/ Internet

Periodicidade

Trimestral

Endereço

Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro

Av. Amílcar Cabral, CP: 102

Tel.: +238 260 74 31 / Fax.: +238 261 58 44

Email: dgt.caboverde@mf.gov.cv

Ilha de Santiago, República de Cabo Verde

II - ENQUADRAMENTO

O Governo de Cabo Verde tem como meta importante da sua governação, garantir a credibilidade e a confiança junto dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, a nível nacional e internacional. A publicação, numa base trimestral dos dados da dívida pública, enquadra-se nesta política no que se refere à transparência de gestão do património físico e financeiro do Estado.

O Boletim Estatístico (BE) da Dívida Pública da República de Cabo Verde surge neste contexto, com o objetivo principal de fornecer/divulgar informações estatísticas sobre o stock e fluxos da dívida pública.

A elaboração do BE enquadra-se nas recomendações e exigências de qualidade estatística emanadas das melhores práticas internacionais de gestão da dívida, recomendadas pelas instituições e organismos internacionais (ex: BM, FMI e UNCTAD). O mesmo é elaborado através de uma base de dados consistente, completa e precisa e constitui uma base de tomada de decisão assertiva e atempada no que tange à política de endividamento e de políticas correlativas com o endividamento do país.

Trata-se de um importante instrumento de acompanhamento da gestão da dívida pública que se destina aos principais intervenientes responsáveis pela gestão das Finanças Públicas, assim como às instituições financeiras nacionais e internacionais, parceiros de desenvolvimento, instituições universitárias, investigadores/académicos, contribuintes e público em geral.

A abrangência do BE refere-se à dívida do Governo Central e a fonte das informações divulgadas é o Ministério das Finanças.

O critério de classificação da dívida externa e interna é a da residência do credor e os valores nos quadros apresentados estão expressos em milhões de Escudos Cabo-Verdianos.

III - SIGLAS

ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África
BAI	Banco Angolano de Investimento
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCV	Banco de Cabo Verde
BEI	Banco Europeu do Investimento
BIA	Banco Inter-Atlântico
BT	Bilhetes do Tesouro
BCN	Banco Cabo-verdiano de Negócios
CCV	Correios de Cabo Verde
CECV	Caixa Económica de Cabo Verde
DNP	Direcção Nacional do Planeamento
DNOCP	Direcção Nacional de Orçamento e Contabilidade Pública
DGT	Direcção Geral do Tesouro
FAD	Fundo Africano para o Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Garantia	Companhia de seguros (privada nacional)
IDA	Agência Internacional do Desenvolvimento
IFH	Instituto do Fomento da Habitação (Imobiliária)
IMPAR	Seguradora (nacional)
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MF	Ministério das Finanças
OGE	Orçamento Geral do Estado
OT	Obrigações do Tesouro
OTNS	Obrigações do Tesouro – Nova Série
PPIP	Programa Plurianual de Investimento Público
PROMOTORA	Sociedade de Capital de Risco (nacional)
TC	Tribunal de Contas

IV - QUADROS

IV.1 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL

IV.1.1 - Stock

IV.1.1.1 - Composição e Indicadores da Dívida Pública 4º Trimestre 2018 (em milhões CVE)

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019
Saldo da Dívida Pública	213.302,6	212.271,4	228.787,8
% do PIB	124,2%	116,8%	115,7%
Dívida Externa	157.947,6	154.205,0	162.829,4
Dívida Interna	55.355,0	58.066,4	65.958,4
Total Desembolsos	3.948,0	3.748,9	6.520,9
% do PIB	2,3%	2,1%	3,3%
Dívida Externa	453,0	210,1	371,4
Dívida Interna (Emissão)	3.495,0	3.538,8	6.149,5
Total Serviço da Dívida	2.917,7	2.580,3	2.947,5
% das Exportações	7,3%	6,8%	6,3%
% das Receitas do Estado	24,9%	21,9%	24,6%
% das Reservas Internacionais	5,0%	4,2%	4,8%
Dívida Externa	1.566,1	1.070,2	1.693,6
Dívida Interna	1.351,6	1.510,1	1.253,9
Memória: PIB do ano	171.673,3	181.695,0	197.814,2
Exportações	21.595,4	22.923,6	25.252,8
Receitas do Estado	11.711,3	11.767,6	11.891,0
Reservas Internacionais	57.914,4	61.090,8	61.170,9

IV.2 - DÍVIDA EXTERNA

IV.2.1 - Stock

IV.2.1.1 - Stock da Dívida Pública Externa (em milhões CVE)

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2019	% do total
Credores Oficiais				
<i>Multilateral</i>	73.525,9	68.417,2	75.215,1	46,2%
<i>Bilateral</i>	35.806,5	36.268,1	38.094,6	23,4%
<i>Comerciais</i>	48.615,2	49.519,7	49.519,7	30,4%
TOTAL	157.947,6	154.205,0	162.829,4	100,0%

IV.2.2 - Fluxos

IV.2.2.1 - Desembolso da Dívida Externa por Instrumento (em milhões CVE)

	1º Trimestre 2017	% do total	1º Trimestre 2018	% do total	1º Trimestre 2019	% do total
Governo Central						
Curto prazo						
Empréstimos	0	0	0	0	0	0
Longo prazo						
Empréstimos	453,0	100%	210,1	100%	371,4	100%
TOTAL	453,0	100%	210,1	100%	371,4	100%

IV.2.2.2 - Desembolsos por Setor Económico (em milhões CVE)

Sector/ Área económica	1º Trimestre de 2017	1º Trimestre de 2018	1º Trimestre de 2019	% do total 1º Trimestre 2019
Agricultura	56,6	8,3	-	0,0%
Água e Saneamento	11,5	15,8	9,6	2,6%
Educação	6,6	3,4	-	0,0%
Energia	24,6	154,5	74,2	20,0%
Habitação Social	320,5	-	-	0,0%
Infraestruturas Aeroportuárias	-	-	-	0,0%
Infraestruturas Portuárias	28,4	10,1	21,0	5,7%
Infraestruturas Rodoviárias	-	-	-	0,0%
Luta contra Pobreza	1,0	17,9	-	0,0%
Pescas	3,8	-	11,5	3,1%
Transporte e Turismo	-	-	255,1	68,7%
Reforma Institucional	-	-	-	0,0%
Tecnologia de Informação	-	-	-	0,0%
TOTAL	453,0	210,1	371,4	100%

IV.2.2.3 - Desembolsos por Credor (em milhões CVE)

	1º Trimestre de 2017		1º Trimestre de 2018		1º Trimestre de 2019		variação 2018-2019	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	valor	%
Credores Oficiais								
Multilateral	61,4	13,6%	34,4	16,4%	266,7	71,8%	232,3	675,7%
FAD	0,0	0,0%	6,2	2,9%	0,0	0,0%	-6,2	0,0%
BM/IDA	3,8	0,8%	17,9	8,5%	266,7	71,8%	248,8	1388,9%
BADEA	57,6	12,7%	10,3	4,9%	0,0	0,0%	-10,3	-100,0%
BAD	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
BM/IBRD	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
BEI	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
OPEC	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
FIDA	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
NDF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
NTF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
CEDEAO	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Bilateral	71,1	15,7%	175,7	83,6%	104,8	28,2%	-70,9	-40,4%
China	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Kuwait	6,6	1,5%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Portugal	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
South Africa	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Saudi Fund	0,0	0,0%	3,4	1,6%	0,0	0,0%	-3,4	100%
Abu Dhabi	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Russia	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Belgica	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
JICA	36,1	8,0%	162,1	77,2%	83,8	22,6%	-78,4	-48%
ICO (Espanha)	28,4	6,3%	10,1	4,8%	21,0	5,7%	10,9	107,0%
AFD	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Austria	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
CACEX	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
MSF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Credores Privados	320,5	70,7%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Comerciais	320,5	70,7%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Banco Espírito Santo	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Caixa Geral de Depósitos	320,5	70,7%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
KFW	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
BPI	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
TOTAL	453,0	100,0%	210,1	100,0%	371,4	100,0%	161,4	76,8%

IV.2.2.4 - Serviço da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	1º Trimestre 2017			1º Trimestre 2018			1º Trimestre 2019		
	P	J/C	Total	P	J/C	Total	P	J/C	Total
Credores Oficiais									
Multilateral	822,4	176,4	998,9	513,8	192,5	706,4	880,5	135,1	1015,6
BAD	209,7	5,9	215,6	209,7	4,1	213,8	290,0	10,9	300,8
BADEA	52,8	25,5	78,2	47,4	19,5	66,9	21,0	11,3	32,3
BEI	110,4	28,1	138,5	0,0	0,0	0,0	177,3	17,0	194,3
BIDC/CEDEAO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,4	1,8	10,3
BM/IDA	187,6	53,6	241,1	153,8	43,8	197,6	190,2	44,6	234,7
CEDEAO	18,7	13,6	32,3	9,8	9,5	19,3	42,0	14,9	56,9
FAD	150,1	31,4	181,5	14,0	11,9	25,9	85,5	22,4	107,9
FIDA	29,3	6,6	35,8	26,8	5,8	32,6	33,2	5,9	39,0
IDA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17,7	2,5	20,3
NTF	19,6	0,7	20,3	0,0	12,2	12,2	0,0	0,0	0,0
OPEC	44,4	11,1	55,5	52,4	85,8	138,2	15,3	3,7	19,0
Bilateral	248,8	84,5	333,2	263,5	85,8	349,3	338,9	84,0	423,0
AFD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AUSTRIA	26,5	7,3	33,8	0,0	2,7	2,7	26,5	4,8	31,3
Belgica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA	105,0	26,4	131,4	94,4	30,1	124,5	98,0	33,2	131,2
FUNDO KUWAIT	27,0	5,4	32,4	23,6	3,6	27,2	25,2	5,2	30,4
FUNDO SAUDITA	0,0	9,2	9,2	0,0	13,2	13,2	0,0	5,3	5,3
ICO	34,5	4,8	39,2	34,5	6,1	40,6	75,3	5,4	80,7
JICA	0,0	9,9	9,9	57,3	9,3	66,6	59,2	9,3	68,5
PORTUGAL	55,8	21,4	77,2	53,7	20,8	74,5	54,8	20,8	75,6
Credores Privados	0,0	234,1	234,1	0,0	100,3	100,3	0,0	255,0	255,0
Comerciais	0,0	234,1	234,1	0,0	100,3	100,3	0,0	255,0	255,0
BPI	0,0	76,3	76,3	0,0	77,6	77,6	0,0	77,2	77,2
CGD	0,0	157,7	157,7	0,0	22,7	22,7	0,0	177,8	177,8
TOTAL	1071,2	495,0	1566,1	777,4	378,6	1156,0	1219,5	474,1	1693,6

IV.2.2.5 - Fluxos e Transferências Líquidas da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	Desembolsos em 1º Trimestre de 2019 (A)	Pagamento de Principal em 1º Trimestre de 2019 (B)	Fluxos líquidos em 1º Trimestre de 2019 (C=A-B)	Juros e comissões em 1º Trimestre de 2019 (D)	Transferências líquidas em 1º Trimestre de E=(C-D)
Credores Oficiais					
Multilateral	266,7	880,5	-613,9	135,1	-749,0
BAD	0,0	290,0	-290,0	10,9	-300,8
BADEA	0,0	21,0	-21,0	11,3	-32,3
BEI	0,0	177,3	-177,3	17,0	-194,3
BIDC/CEDEAO	0,0	8,4	-8,4	1,8	-10,3
BM/IDA	266,7	190,2	76,5	44,6	31,9
CEDEAO	0,0	42,0	-42,0	14,9	-56,9
FAD	0,0	85,5	-85,5	22,4	-107,9
FIDA	0,0	33,2	-33,2	5,9	-39,0
IDA	0,0	17,7	-17,7	2,5	-20,3
NTF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OPEC	0,0	15,3	-15,3	3,7	-19,0
Bilateral	104,8	338,9	-234,2	84,0	-318,2
AFD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AUSTRIA	0,0	26,5	-26,5	4,8	-31,3
Belgica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA	0,0	98,0	-98,0	33,2	-131,2
FUNDO KUWAIT	0,0	25,2	-25,2	5,2	-30,4
FUNDO SAUDITA	0,0	0,0	0,0	5,3	-5,3
ICO	21,0	75,3	-54,3	5,4	-59,7
JICA	83,8	59,2	24,6	9,3	15,3
PORTUGAL	0,0	54,8	-54,8	20,8	-75,6
Credores Privados	0,0	0,0	0,0	255,0	-255,0
Comerciais	0,0	0,0	0,0	255,0	-255,0
BPI	0,0	0,0	0,0	77,2	-77,2
CGD	0,0	0,0	0,0	177,8	-177,8
TOTAL	371,4	1219,5	-848,0	474,1	-1322,2

IV.3 - DÍVIDA INTERNA

IV.3.1 - Stock

IV.3.1.1 - Perfil de Vencimento da Dívida Interna do Governo Central (em milhões CVE)

	1º Trimestre 2017		1º Trimestre 2018		1º Trimestre 2019		2017/2018		2018/2019	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Curto Prazo	1.295,6	2,3%	2.581,7	4,4%	2.090,0	3,2%	1.286,1	99,3%	-491,6	-19,0%
<=3 Meses	501,4	0,9%	399,0	0,7%	-	0,0%	-102,4	-20,4%	-399,0	-
>3 Meses <= 6 meses	794,2	1,4%	1.291,6	2,2%	2.090,0	3,2%	497,4	62,6%	798,5	62%
>6 Meses <= 9 meses	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-	-	-
>9 Meses <= 12 meses	-	0,0%	891,1	1,5%	-	0,0%	891,1	-	-891,1	-
Médio-Longo Prazo	52.074,5	94%	54.259,0	93,4%	62.816,3	95,2%	2.184,5	4,2%	8.557,3	15,8%
> 1 ano <= 3 anos	690,3	1,2%	690,3	1,2%	1.466,8	2,2%	-	0,0%	776,5	112,5%
>3 anos <= 5 anos	6.677,2	12,1%	4.950,1	8,5%	4.280,9	6,5%	-1.727,1	-25,9%	-669,2	-13,5%
> 5 anos <= 8 anos	29.808,2	53,8%	31.458,9	54,2%	35.192,9	53,4%	1.650,7	5,5%	3.734,0	11,9%
>8 anos <= 10 anos	12.948,9	23,4%	15.489,7	26,7%	20.485,7	31,1%	2.540,9	19,6%	4.996,0	32,3%
>10 anos <= 15 anos	550,0	1,0%	550,0	0,9%	550,0	0,8%	-	0,0%	-	0,0%
>15 anos	1.400,0	2,5%	1.120,0	1,9%	840,0	1,3%	-280,0	-20,0%	-280,0	-25,0%
Outros	1.984,9	3,6%	1.225,8	2,1%	1.052,3	1,6%	-759,1	-38,2%	-173,5	-14,2%
Outros Créditos	1.984,9	3,6%	1.225,8	2,1%	1.052,3	1,6%	-759,1	-38,2%	-173,5	-14,2%
TOTAL	55.355,0	100%	58.066,4	100%	65.958,6	100%	2.711,4	4,9%	7.892,1	13,6%

IV.3.2 -Fluxos

IV.3.2.1 - Movimentos em valor facial da Dívida Interna do Governo Central por Categoria de Empréstimos e Tipo de Instituição (em milhões CVE)

	Saldo 31-12-2018 (1)	Emissão/ Desembolsos		Vencimentos/ Reembolsos		Saldo Total 31-03-2019 (4) = (1+2-3)
		31-03-2019				
		(2)	(3)	(3)	(4)	
SECTOR PÚBLICO						
Governo Central						
Sector Bancário	38.972,6	2.401,4	1.004,0	40.370,0		
Sector Não Bancário	22.126,8	3.716,6	254,8	25.588,6		
TOTAL	61.099,3	6.118,0	1.258,7	65.958,6		

IV.3.2.2 - Pagamentos Planeados do Serviço da Dívida Interna do Governo Central por Grupo e Tipo de Instrumento (em milhões CVE)

	1º Trimestre 2017			1º Trimestre 2018			1º Trimestre 2019		
	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total
TÍTULOS DE DÍVIDA									
Bilhetes de Tesouro	-	-	-	299,0	1,0	300,0	795,0	5,0	800,0
30-dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
90-dias	-	-	-	-	-	-	399,0	1,0	400,0
120-dias	-	-	-	299,0	1,0	300,0	-	-	-
180-dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
360-dias	-	-	-	-	-	-	396,0	4,0	400,0
Obrigações de Tesouro	750,0	592,8	1.342,8	900,0	627,4	1.527,4	763,7	681,0	1.444,7
2 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 anos	-	6,0	6,0	-	6,0	6,0	-	13,8	13,8
4 anos	100,0	9,3	109,3	-	6,5	6,5	-	21,9	21,9
5 anos	-	46,8	46,8	550,0	41,0	591,0	13,7	23,8	37,5
6 anos	300,0	118,1	418,1	-	109,4	109,4	450,0	123,8	573,8
7 anos	-	113,7	113,7	-	128,0	128,0	-	119,2	119,2
8 anos	350,0	170,8	520,8	-	163,7	163,7	300,0	190,5	490,5
9 anos	-	92,9	92,9	-	128,6	128,6	-	140,8	140,8
10 anos	-	35,3	35,3	350,0	44,3	394,3	-	47,2	47,2
> 10 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	750,0	592,8	1.342,8	1.199,0	628,4	1.827,4	1.558,7	685,9	2.244,7

IV.3.3 - Stock de Garantias e Avals em Finais 1º Trimestre 2018 (em milhões CVE)

Beneficiários	Stock da Dívida	% Total
Águas de Porto Novo	-	0,0%
Asa	-	0,0%
C. Municipal Porto Novo	65,1	0,6%
C. Municipal Santa Catarina	57,5	0,5%
C. Municipal São Vicente	191,6	1,7%
C. Municipal Sal		0,0%
C. Municipal Paul	82,0	0,7%
C. Municipal São Nicolau	-	0,0%
Electra	2.751,2	23,8%
Enapor	49,5	0,4%
IFH	2980,9	25,8%
TACV	5053,7	43,8%
Novo Banco	-	0,0%
Cabo verde Fast Ferry	0,0	0,0%
Águas de Santiago	285,6	2,5%
CERMI	19,8	0,2%
Start up jovem	7,6	0,1%
TOTAL	11.544,5	100%

V - GLOSSÁRIO

Dívida Pública

O termo “dívida pública” é utilizado frequentemente para designar realidades diversas de endividamento, nomeadamente, a dívida do Governo Central ou a dívida de todo o setor público administrativo, resultantes apenas do recurso a empréstimos públicos ou englobando também outras situações passivas, como por exemplo os que resultam do deferimento de pagamento de operações sobre bens e serviços, da retenção de cobranças efetuadas por conta de terceiros, de bonificação de taxas de juros e de avals e garantias concedidos e vencidos, entre outras situações.

Dívida do Governo Central (GC) - são operações de crédito assumidas diretamente pela Administração Central, englobando passivos resultantes de outras situações da responsabilidade direta do Governo Central.

Dívida Pública Interna

São operações de crédito do Estado realizadas no país e em moeda nacional. Podem ser detidas por investidores com residência no território nacional ou no estrangeiro. De se notar que as transações de crédito devem ocorrer no território nacional.

Dívida Externa

São créditos contraídos em divisas, junto de credores com residência no exterior.

Classificação da Dívida externa por tipo de credor

Multilateral – quando o credor é uma instituição de crédito internacional ou regional. A título de exemplo, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento;

Bilateral – quando as transações de crédito ocorrem entre dois países ou instituições de créditos públicos. Por exemplo, empréstimos entre Portugal e Cabo Verde ou entre o Instituto de Crédito Oficial (ICO) de Espanha e a República Cabo Verde;

Comerciais – quando o credor é um banco comercial ou uma empresa privada.

Dívida Pública Externa

É a dívida externa do setor público.

Dívida externa do País

É a dívida externa do setor público acrescida da dívida externa do setor privado do país.

Dívida fundada

Instrumentos de Dívida de médio e longo prazos (maturidade superior a um ano). Por exemplo, Obrigações do Tesouro (OT); empréstimos contraídos com base em acordos/contratos (credor e devedor).

Dívida flutuante

Instrumentos de Dívida de curto prazo, com maturidades de até um ano, emitidos pelo Tesouro do Estado para cobrir as necessidades de tesouraria.

Serviço da Dívida

Pagamento de juros, comissões e capital para amortização da dívida.

Amortização - é o reembolso parcial ou total do capital em dívida;

Comissões - são custos cobrados pelos serviços de elaboração de contrato e de engagements assumidos pelo credor no âmbito do acordo de empréstimo.

Juros - é o custo da utilização do capital alheio, tipicamente expresso em percentagem. A taxa de juro pode ser fixa, o que significa que permanece constante durante a maturidade do empréstimo ou variável, quando flutua durante o período de amortização da dívida.

Período de carência - período em que o mutuário não faz o reembolso da dívida, pagando somente os juros ou em que pode capitalizá-los.

Desembolsos - A transferência real de recursos financeiros, ou de bens ou serviços feitos pelo mutuante ao mutuário em cumprimento de obrigações acordadas no âmbito da implementação de um projeto ou programa.

Tipos de desembolsos

Reembolsos - numa ação previamente concertada, o credor autoriza o mutuário a realizar certas despesas para depois fazer o reembolso do montante pago pelo mesmo;

Pagamento direto - mediante um pedido formal da parte do mutuário, o credor paga diretamente ao fornecedor por uma fatura de fornecimento de bens ou serviço devidamente certificada;

Conta especial - quando é aberta uma conta especial no Banco Central e o credor alimenta a mesma. O mutuário utiliza o montante e justifica a utilização da tranche anterior para poder aceder a outras tranches de desembolsos;

Garantia - nas operações em que se exige uma garantia bancária, no âmbito da implementação do projeto, objeto do contrato financiado com empréstimos externos, o credor assume esta despesa.

Capital/Stock da dívida

É o montante desembolsado pelo credor ao mutuário, no âmbito de um contrato de crédito, ainda não restituído/reembolsado;

Fórmula simples de calcular o Stock: Stock inicial + Desembolsos-pagamentos + residuais (dívida contingente vencida, atrasados, etc.) obs.: neste caso o stock é calculado na moeda de contratação.

Fluxo Líquido de um empréstimo

Desembolsos menos o pagamento de capital.

Atrasados

Serviço da dívida ou outras transações vencidas e não pagas.

Passivo Contingente

São obrigações que surgem de engajamentos diretos e/ou indiretos do Estado que poderão ocorrer ou não. Todavia, se se ocorrem, exige uma intervenção financeira imediata do Estado.

Passivo Contingente Explícito: são obrigações que decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado de uma forma direta, e que se elas forem acionadas, o Estado é chamado a honrá-las. Exemplo, avales concedidos às entidades públicas ou privadas;

Passivo Contingente Implícito: são obrigações que não decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado, mas que serão reconhecidas como tal, caso ocorrerem, exemplo: *default* contratual de uma entidade pública; ações de resgate e de recuperação de eventos de desastre; falência de alguma entidade Pública; custos provenientes de privatizações entre outros.

Alívio da Dívida

Diminuição do peso da dívida a país devedor através de reescalonamento ou por cancelamento parcial ou total do pagamento do serviço da dívida, mediante um acordo entre as partes envolvidas.

Reescalonamento da dívida

Renegociação do calendário de pagamento do serviço da dívida.

Sustentabilidade da dívida

O termo sustentabilidade da dívida é usado para designar a capacidade de um Estado de cobrir as suas responsabilidades contratuais, resultantes de acordo de empréstimo, sem pôr em causa a inteira estabilidade e a dinâmica da economia do país.

Análise de sustentabilidade

É um diagnóstico que se faz a um portfólio de dívida, num determinado período, para se concluir se esta é ou não sustentável. Mede o nível da dívida sobre o qual o país devedor é capaz de cumprir suas obrigações do serviço, presentes e futuros, sem recorrer a um alívio da dívida adicional ou reescalonamento da dívida ou acumulação de atrasos.

Títulos do Governo

Instrumentos Financeiros usados pelo Governo para obter fundos do mercado primário. Exemplo, bilhetes e obrigações do Tesouro.

Mercado Primário

O Mercado onde os investidores podem comprar primeiramente novos instrumentos financeiros emitidos.

Mercado Secundário

O Mercado onde os instrumentos financeiros são transacionados entre os detentores, e não diretamente com o emissor.



**Ministério
das Finanças**

Direção Geral do Tesouro

www.mf.gov.cv

email: dgt.caboverde@mf.gov.cv